

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

POR UM SERVIÇOS SOCIAL ANTIRRACISTA

Ana Beatriz de Matos Santos Mariano¹

Poliana Ferreira dos Santos²

RESUMO

A pesquisa busca evidenciar o racismo estrutural presente na distância entre a formação em serviço social e a prática antirracista. A formação acadêmica é uma base importante para alimentar práticas de combate às estruturas racistas. Neste sentido, a formação de uma consciência crítica interseccional parece capazes de cumprir nosso objetivo de uma nova ordem social. Por isso, foram levantadas as cargas e programas das disciplinas nas principais universidades do estado de São Paulo de serviço social, verificando que são insuficientes para construção de uma prática antirracista. Nós, assistentes sociais, não deveríamos temer tomar posições emancipatórias, investir na superação de toda forma de opressão e por prática inclusivas como um todo.

Palavras-chave: Serviço Social; Antirracismo; Projeto Ético-Político.

ABSTRACT

The research aims to highlight the structural racism present by the distance between graduation in social services and anti-racist practice. Academic degree is an important basis for nurturing practices to combat racist structures. Hence, the formation based on intersectional critical consciousness seems capable of fulfilling our goal of a new social order. Therefore, the research analysed course' programs and disciplines of the main universities of social services degree at the State of *São Paulo*, verifying that they are racist and insufficient for the construction of an anti-racist practice. We, social workers, should not be afraid to take emancipatory positions, invest in overcoming all forms of oppression and inclusive practices as a whole.

Keywords: Social Service; Anti-racism; Ethical-Political Professional Guidelines.

1 INTRODUÇÃO

¹ Discente do curso de Serviço Social da Universidade Paulista – UNIP Campus Pinheiros, São Paulo. E-mail: beamsm.ana@gmail.com

² Discente do curso de Serviço Social da Universidade Paulista – UNIP Campus Pinheiros, São Paulo. E-mail: polianaferreira1911@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

“Se a questão social é produzida compulsoriamente pelo capitalismo, qual é a nossa dificuldade em compreender que a questão racial é seu mais grave subproduto” (NETTO, 2001 APUD GONÇALVES, 2018, p.519).

É nosso compromisso enquanto prática defender a emancipação, liberdade e os direitos. Nesta pesquisa, a questão étnico-racial está posta como objeto de intervenção profissional. Com um olhar crítico, a presente pesquisa busca estratégias para manter esse tema inserido no debate do Projeto Ético Político do profissional de serviço social. A escolha do tema manifesta a insatisfação em relação às poucas produções que, embora venham crescendo, não geraram resultado e os poucos resultados obtidos nem sempre são colocados em prática.

Para atingir isso, foi necessário visualizar a historicidade da população negra que confirma sua representatividade na constituição da vida enquanto cidadania mutilada. Por isso, a pesquisa identifica especificamente como a relação entre academia e prática do serviço social se comporta sobre os movimentos negros e a luta antirracista. Para isso, foi feito o levantamento, a sistematização e análise da grade curricular e dos programas pedagógicos das 14 universidades do estado de São Paulo que ofertam a graduação em serviço social (Metodista, Estácio, Anhanguera, Faculdade Paulista de Serviço Social - Fapss, Universidade Cidade de São Paulo - Unicid, Universidade Cruzeiro do Sul - Unicsul, Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU, Universidade Nove de Julho - Uninove, Universidade Paulista - UNIP, Universidade Santo Amaro - Unisa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, Anhembí Morumbi, Universidade Estadual Paulista - Unesp).

Além disso, buscou-se identificar ações dentro dessa temática desenvolvidas pela categoria profissional a partir de conteúdos de audiovisual, campanhas e etc. Como estratégia de compreensão dos limites dados por essa formação para a superação de modelos reificantes do racismo. Nos permitiu identificar as reais (im)possibilidades de sermos formados enquanto antirracistas. A partir do conteúdo sistematizado pela pesquisa, revela-se a perpetuação de modelos racistas ou insuficientemente antirracistas na formação do serviço social.

PROMOÇÃO



APOIO



A pesquisa é parte do processo de conclusão de curso, tendo como principal motor as experiências das pesquisadoras, enquanto mulheres pretas. As nossas experiências quando apresentadas em sala, estavam como conteúdo dos alunos e alguns comentários de professores implicados com a luta antirracista, mas não de forma clara e sistemática. Também estava presentes no cotidiano pelo acúmulo de experiências reiteradas de violências racistas naturalizadas. Menos ainda, presente enquanto objetivo pedagógico-formativo.

A população negra segue carregando as consequências do legado da escravização e as marcas que vieram dos seus ancestrais. Mesmo depois da abolição, a população permanece vulnerável e em condições precárias. Suas cidadanias sempre lhes foram negadas. Os problemas sociais, tem relação direta com a falta de políticas públicas de reparação.

2 O RACISMO À BRASILEIRA

Para iniciarmos o processo de análise é fundamental alinhamento de conceito. Assim, na pesquisa entende-se racismo por

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2018, p. 22).

Ou seja, o racismo dificulta o acesso aos capitais simbólicos e materiais, acesso esses definidos por raça/etnia, bem como pela privação do reconhecimento da própria cidadania. Deste modo, se coloca como questão intrínseca a questão social, devendo ser de conhecimento do assistente social, pois representa uma expressão de desigualdade. A crítica ao serviço social recai sobre o reconhecimento do racismo como mediação estruturante do domínio do capital que não deve ser negligenciado na produção das desigualdades sociais no Brasil.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O silêncio de suas consequências nefastas sobre as vidas dos sujeitos sociais, também contribui para sua manutenção e reprodução. Pois, é esse sistema que neutraliza e destitui de sua dinâmica sua dimensão política e econômica. Ou seja, trata-se do ideal de branqueamento sendo reiterado pela mídia e ainda pelas instituições de educação, deste modo contribuindo para a persistência do mito da democracia racial (SCHWARCZ, 2019).

Para muitos, a história dos povos negros no Brasil se dá a partir de 1500 com a escravização. Mas aqui, pretendemos contar do ponto de vista negro, quem já eram esses sujeitos antes de serem traficados, explorados e violentados. Neste sentido, essa postura como ponto de partida implica em considerarmos africanos e indígenas como povos negros. Esses se assemelham pela história de vida e representam mais de 51,1% (soma de 43,1% pardo; 0,4% indígena e 7,6% preta) da população (IBGE, 2010). Também pela posição social que ocupam na historicidade brasileira. Refletindo em um silenciamento marcando ambos como pardos.

Os indígenas foram os primeiros povos a habitar o Brasil, porém, sua história foi atravessada por imperialistas. Os portugueses estranharam os costumes indígenas e acreditaram que o cristianismo os "salvaria" lhes "transformando em gente". Seu processo de escravização impôs consequências como racismo ambiental, apagamento da existência e violência à cultura. O olhar do europeu da sociedade colonizada ensinada desde o primário educacional coloca indígenas como bárbaros, primitivos, preguiçosos, atrasados intelectualmente. Todas essas falas foram usadas para justificar a escravização desses povos.

Sendo esses seus desafios atuais, solicitando a presença de assistentes sociais junto desta população para dar visibilidade a sua existência e lutar por direitos. Esta é uma temática que não pode fugir do conhecimento do assistente social, pois essas pessoas vivem em constante vulnerabilidade, é importante sabermos levar esse conhecimento, promover debates, atividades, espaços de cultura para reivindicar a importância dessas vidas.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Quando analisamos a escravização praticada com americanos, árabes, islâmicos e etc. vemos que sua motivação se dá em outros contextos de construção nacional e de cidadania, seja por consequência de guerras, dívidas e/ou religião. Sem comparações ou flertes irresponsáveis de qualquer ordem que justificasse. Contudo, é preciso reconhecer uma especificidade quando falamos do Brasil e como aqui se deram as questões étnicas, que posteriormente são interseccionadas com os processos de eugenia e racismo científico.

Os movimentos negros, as violentas guerras por resistência, os quilombos e diversos símbolos negros marcaram a história do país e principalmente a história da população negra. Assim o histórico de lutas e reivindicações em prol de busca por direitos e igualdade sempre estiveram colocados de forma violenta. Por isso, quando pensamos em liberdade e nossos direitos vigentes, precisamos lembrar daqueles que não desistiram e que entregaram a vida contra a escravidão, pois de onde veio escravização veio também a resistência.

Chega um momento em que se torna necessário pensar a branquitude enquanto raça, sendo que é entendida até hoje baseada nas relações de poder em que os brancos imprimem sua superioridade e assumem esta posição de privilégio, seja ela consciente ou inconsciente. Esta abordagem fragiliza a transformação do racismo enquanto objeto sociológico. Assim, para a branquitude, enquanto possibilidade, seu local de partida histórico e todas as estruturas da sociedade, lhes são usufruto e construídas para entendê-la como superior. Esta se atualiza e se modifica a depender do contexto social.

Está na hora da branquitude repensar suas opiniões e atos, está na hora de serem responsabilizados pelo racismo que cometem. Formas combativas se demonstram por todo cotidiano, por exemplo quando você questiona quantas pessoas negras estão nos espaços de poder que você acessa. Por isso, combater expressões racistas que são usadas no dia a dia, já é uma forma de tornar o fato evidente. Deixa de ser latente para se tornar manifesto.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Entendemos que não é fácil, não é rápido e é introjetado na cultura, ou seja, naturalizado. Por isso a importância do letramento racial, principalmente nas saídas estratégicas. Deste modo, superando uma lógica evolutiva linear, em que se espera uma mudança social primeiro para depois colocar isso em prática. Assim, apenas podemos ressignificar. Visto que se manifesta de forma estrutural, enquanto não houver uma séria política de reparação histórica dificilmente iremos superar os atuais estágios de ampliação da experiência cidadã de negros e negras no Brasil. Excluir os fatos não fará o problema do racismo sumir, menos ainda buscar novas saídas com as armas que temos.

Com o passar do tempo o racismo estrutural foi tomando novas formas. Hoje ainda é colocado de forma superficial, não há espaços para essa discussão, seja na escola ou na universidade, não se trata sobre situação econômica, dados históricos e não se fala sobre os impactos com perspectivas antirracistas, ou em que estão presentes o reconhecimento de sua relevância e importância para as políticas públicas.

Para pensarmos na situação da população negra atualmente, precisamos destacar a realidade do Brasil, e seu estado de crise do capital, a onda neoliberal que ocupa as nossas posições de poder. Mesmo estando em situação preocupantes, a população segue resistindo. Os movimentos negros querem chegar mais longe. Conforme se percebe quando relatada a forte participação da população negra nas eleições, lutando por uma democracia forte. Não é somente sobre ter uma pessoa negra nas instituições e sim pelo comprometimento com a luta antirracista e a construção de políticas públicas para novas realidades. Também de resistência ao apagamento e não apaguem da história ancestral.

Por entender que as desigualdades sociais não têm o mesmo peso em todos os sujeitos sociais (BOURDIEU, 2011). Ou seja, ainda que homens e mulheres negras possam se assemelhar em raça/etnia quando pensada a questão de gênero, os homens “naturalmente” são opressores, pois estão em posição de poder elevada. Ainda que mulheres negras e brancas se assemelhem pelo gênero e sofram pela

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



opressão do machismo, as mulheres brancas podem ainda oprimir mulheres negras por sua raça/etnia. Tudo isso é acentuado quando pensamos nas variadas identidades de gênero.

De maneira geral, não se pode atualmente empreender esforços de falar de desigualdade sem reconhecer as dimensões raciais e de gênero. Em um todo o fator classe oprime raça e gênero, ainda que os não negros tenham melhores condições de sair da situação de pobreza, o capitalismo barra o processo de emancipação. Ou seja, a interseccionalidade é esse entrelaçamento.

2.1 O Antirracismo na Formação em Serviço Social: Resultados de Pesquisa.

No congresso de 1989, onde há um encontro de Assistentes sociais, é possível constatar que os movimentos sociais negros são colocados para dentro do Serviço Social, mais precisamente com a organização de mulheres negras que trazem o tema para dentro da profissão. Podemos citar a dita pioneira do discurso, Magali Almeida, que foi militante no Movimento Negro (MN), esteve na marcha contra falsa abolição em 1988 no centenário da abolição, esteve presente na primeira conversa para criação da e representando o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) na aprovação da política de cotas.

Ainda hoje caminha a passos largos e não de forma abrangente. A temática, sempre foi sustentada por acadêmicos negros e as entidades profissionais aos poucos foram jogando luz para essa questão.

As evidências discursivas e instrumentais levantadas pela pesquisa resultam na identificação que o Serviço Social é racista individualmente, quando profissionais se colocam ainda de diversas formas racistas. Também em sua coletividade, principalmente manifestado institucionalmente quando há um tratamento diferente para com a população negra.

Isso é evidenciado pelos próprios sujeitos e seus relatos de situações que como usuários passam nos serviços com falta de escuta ativa. Ou ainda, quando a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

categoria não identifica situações/falas de racismo, quando não prioriza em seus atendimentos aquilo que acomete mais a população negra. Também, nos instrumentais de Serviço Social quando não vem empregando o quesito raça/cor e muitos não sabem abordar a pergunta e isso atrapalha na quantificação que posteriormente poderiam virar ações antirracistas.

Além dessas dimensões, a leitura e sistematização de conteúdos discursivos, revelou a dimensão também no âmbito socioeducativo. Isso quando baixíssimas produções vêm falando sobre a temática do racismo dentro do serviço social, seja nas revistas, publicações e em ações específicas como campanhas, fóruns e etc.

No site da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) constam 18 revistas, dessas 14 trazem a palavra antirracismo em seus artigos desde suas publicações digitais em 2009. Isso é muito pouco, pois, dentre elas somente 3 (Temporalis, Katalys e Em pauta) são revistas que apresentam mais de um artigo. Enquanto 5 dessas revistas (Libertas, Praia Vermelha, Serviço Social em debate, Serviço Social e Sociedade e Serviço Social em Perspectiva) tem só 1 artigo e 6 dessas publicações (Emancipação, Revista Eletrônica Mutações, Revista Direitos Trabalho e Política Social, Argumentum, Gênero) não tem nenhum. Isso sem contar que 3 publicações não estavam em funcionamento no ato da análise (03/2023).

Pelo menos 11 artigos dentre essas revistas trazem o assunto "racismo" dentro de alguma temática. Embora outros 9 artigos apareçam associados a esta palavra-chave, porém não tem ligação alguma com essa temática. Das publicações com esta palavra-chave de fato começam aparecer somente em 2018.

Para citar quando o Serviço Social foi antirracista, podemos identificar o ano de 1993, quando se traz explicitamente o combate à discriminação pela primeira vez no seu código de ética.

Das publicações antirracistas da categoria, a partir do site do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) começaram em 2008, sendo específicas e espaçadas. Outra oportunidade identificada por esse levantamento está na criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) em 2010, onde um dos eixos específicos é Serviço

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades.

A pesquisa aqui sistematizada, dá um passo no aprofundamento da análise quando se debruça também para o conteúdo abordado na formação do estudante de graduação em serviço social, a partir do caso do Estado de São Paulo. Graças ao GTPs mencionado, foi possível mudar em 2014 com a inclusão obrigatória na grade curricular de graduação da temática de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração.

Em 2018, a publicação do documento base da categoria sobre essa temática intitulado “*Subsídios para o debate sobre a questão Étnico-racial na formação em Serviço Social*”. Ainda no triênio 2014-2017 o CFESS publicou cadernos dentro do lema “Assistente Social no combate ao preconceito”. Já no triênio 2017 – 2020 a campanha que consideramos como uma virada no trato dessa questão por todas suas ações foi “Assistentes Sociais no combate ao racismo”. A mais recente ação foi em novembro de 2022 quando o CFESS lançou a “Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia”, o documento “Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional” e a “Plataforma Antirracista”. Essas referências contribuem com diversos conteúdos e de várias formas para o enfrentamento ao racismo dentro e fora da profissão.

Procuramos identificar a raiz do problema e acreditamos que tudo se dá na formação de base. Sendo assim, sistematizamos a grade curricular e analisamos os projetos pedagógico das universidades que disponibilizaram (Fmu, Unip e Unifesp).

Os dados apresentados acima nos afirmam que de 14 universidades que ofertam o curso de Serviço Social em São Paulo, 7 universidades (Metodista, Estácio, Anhanguera, Fmu, Unip, Puc, Unifesp) trazem em seu currículo uma matéria sobre a questão racial.

Somente 3 unidades (Fapss, Uninove e Anhembí Morumbi) não disponibilizam no site a grade curricular o que não nos permitem concluir se existe alguma matéria

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

antirracista. Além disso, 4 universidades (Unicid, Unicsul, Unesp e Unisa) não tem uma matéria específica sobre, apesar de apresentarem a grade curricular no site.

A não colocação dessa matéria viola os princípios do código de ética (1993) do Assistente Social quando em seu princípio VI traz: “*ordem de eliminação de todas as formas de preconceito; no princípio VII preza por uma prática que busque nova ordem societária sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero*”. Por fim, no Código de Ética o princípio XII mostra que “*o exercício profissional deve inserir e não discriminar a classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física*”.

Das ementas disponíveis foi possível o acesso ao material completo das disciplinas em 2 universidades: Unip e Fmu (que inclusive somente adicionou a matéria em 2023). Contudo, com baixa carga horaria e de forma online, o que dificulta o debate e, portanto, o explícito combate ao racismo e engajamento na luta antirracista.

Um currículo que não se preocupa com a luta antirracista, pode contribuir para inviabilizar a sociabilidade dos sujeitos. A Unifesp se mostra explicitamente antirracista dada a matéria interseccional, carga horária de 80 horas, com requisito de presença para obtenção de nota. O que demonstra preocupação com a necessidade de mediação do conteúdo e das relações espelhadas em sala de aula. Isso, pois o assistente social, deve saber atuar com a população negra de acordo com suas especificidades.

3 CONCLUSÃO

É mais que necessário desenvolver um profissional capacitado para reconhecer as consequências do sofrimento causado pelo racismo nas mais diversas formas de expressão e encontrar saídas. Ser negro nessa sociedade é não ter acesso a emprego dignos, ter menos acesso à educação, saúde e ser vítima da violência urbana.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



É através do nosso posicionamento que elegemos nosso valor profissional. Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente e é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos. A partir de demandas emergentes no cotidiano, sabemos também que a alta demanda e a precarização das condições de trabalho é um fator limitante no exercício de um trabalho de qualidade.

Por isso, o reconhecimento de uma luta coletiva, pois ajuda a trazer avanços que individualizados não seriam alcançados. Até porque, trata-se mesmo de uma questão de natureza coletiva.

A profissão em si, tem largos passos teóricos que contribui para obter clareza e realismo. No início da graduação é apresentado a matéria “relação sócio-histórica”, e é a partir daí que encontramos entendimento da raiz da desigualdade social. Contudo, foi nos apresentado que o Brasil foi “explorado” e não “descoberto” e quais consequências isso deixou para a população negra e indígena. Criou-se um estereótipo, um imaginário social de que essa população é marginal em todos seus aspectos.

Por isso, a não reparação histórica, somada com as agendas excludentes e exploratórias do capitalismo, elavam a desigualdade de gênero e raça. Dificultando a própria existência dos sujeitos negros.

Ainda há outra camada que se soma, pois outras habilidades específicas do Serviço Social que nos é dada durante todo resto da graduação não aborda a dimensão negra. Deste modo, estaremos, pelo menos, minimizando as consequências da violência causada a esse povo.

O princípio que norteia a profissão, é combater a desigualdade, mas já observamos aqui, que é impossível combater a desigualdade sem que as instituições abram espaço para a prática antirracista e os profissionais se debruçarem nesse assunto desenvolvendo novos conteúdos e tecnologias sociais adequadas ao sofrimento ético-político e social dos negros e negras.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A implementação do ensino sobre questão racial, também dependerá do esforço empreendido dos profissionais da educação em particular, ou seja, buscar essa temática para além do espaço de ensino, por meio de movimentos sociais e movimentos negros.

O que recebemos quando estudamos é que podemos ver no Brasil até os dias de hoje, um sistema de dominação de poder que se dá através da diferença econômica motivada também pelo quesito racial.

Viver em luta por políticas sociais, por sobrevivência e por direitos básicos é base do serviço social. Porém, esse não está sendo preparado para acolher essa realidade. Isto pois, o serviço social, consideramos mais racista do que antirracista.

Como são mais ausências do que uma presença racista, então consideramos que há esperança. Pensar o debate contemporâneo sobre esse tema e a proximidade atual do Serviço social com essa pauta de articulações nos espaços socioprofissionais, nos movimentos sociais.

Cabe ao Serviço Social a transformação do mundo e dos sujeitos pela forma como se porta e pela via educadora. Tem possibilidade e potência, por isso, contamos com o Serviço Social. Por isso deixamos a constatação e questionamos o futuro: Já foram entregues alguns conteúdos antirracistas, como os analisados e todas as ações decorrentes, como as publicações, imagens e teses antirracistas, bem como os currículos das universidades dando até soluções para empregar a temática; agora questionamos, o que faremos com isso? Quando começaremos? Cada palavra escrita foi sentida antes, pois somos mulheres, estudantes de serviço social e negras. Por isso, quando dizemos que no Serviço Social nós temos um lado e uma intenção em cada coisa que fazemos, eu espero que seja antirracista!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. [Structural Racism]. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. ISBN 978-85-98349-75-6

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas – Sobre a teoria da ação**. Campinas/SP: Papius, 2011.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



CFESS, CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a Assistente Social.** Aprovado em 13 de março de 1993 com as alterações Introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. Revista *Katálysis*, v. 21, n. 3, p. 514–522, set. 2018. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Características Étnicoraciais da População um estudo das categorias de classificação de cor ou raça, 2008.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** 7 ed. 2 reimpr. São Paulo/SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. ISBN 978-85-314-0971-4

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** 1ª ed. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 4ª impr., 2019.

PROMOÇÃO



APOIO

